



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)
 PERGUNTA Número 37957X (2.ª)

Expeça-se

Publique-se

2011 09 10 6

O Secretário da Mesa

Assunto: Justificação para a criação dos vários grupos de trabalho e comissões no âmbito do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Destinatário: Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Notícias recentes dão conta que o Governo criou mais de 70 grupos de trabalho e comissões envolvendo cerca de seis centenas de pessoas, maioria dos quais auferem uma multiplicidade de situações de pagamento, como ajudas de custo, senhas de presença, despesas de representação e transportes, entre outras. A juntar a isto, muitas comissões e grupos de trabalho estão autorizados a recorrer a consultoria externa ou a "personalidades de reconhecido mérito", cuja remuneração é desconhecida.

Mas além da dificuldade em apurar o seu custo efectivo, acresce a maior confusão funcional registada em muitos destes grupos de trabalho. Em relação à sobreposição de funções, detectam-se alguns casos sintomáticos, em particular no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Por exemplo, a 12 de Fevereiro de 2010, o ministro da Agricultura criou um grupo de trabalho para promover "a internacionalização das empresas agrícolas e agro-industriais, fileira florestal e pescas". A 27 de Outubro do mesmo ano, o mesmo responsável criou uma comissão para "promover a internacionalização dos sectores agrícola, florestal e das pescas". Resta saber quais as conclusões e se existem quaisquer pontos comuns.

No entretanto, como do conhecimento geral, em particular do governo, o Presidente da República, por Decreto do Presidente da República n.º 38-A/2011, de 31 de Março, procedeu à demissão do Governo, por aceitação da demissão do Primeiro-Ministro, com efeitos a 31 de Março de 2011.

Mas mesmo em funções de gestão, a senda governativa ao nível da criação de grupos de trabalho não para, tal é a sua importância para a prossecução do programa de governo e, certamente, para a melhor avaliação dos problemas, embora fosse expectável que nesta fase da Legislatura o Governo já fosse portador de um conhecimento razoável das questões.

Tal facto, não foi impeditivo que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, criasse mais três grupos de trabalhos mesmo após a demissão do governo. Assim, através do despacho nº 5808/2011, 4 de Abril de 2011 do MADRP, determina-se a constituição de um grupo de trabalho que terá como objectivo verificar quais as disponibilidades financeiras para a execução dos planos de controlo oficial e de medidas veterinárias por parte do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pesca.

Dias antes, foi publicado o despacho n.º 5699/2011, 1 de Abril do MADRP, que cria o grupo de trabalho para o estudo da medida do gasóleo colorido e marcado, com a nota que este grupo deverá apresentar até 31 de Maio de 2011 um relatório final que contenha os custos da medida, as isenções, as repercussões económicas e financeiras no Orçamento do Estado e o número de beneficiários da medida, quer agricultores quer pescadores. No mesmo dia, foi publicado o despacho nº 5700/2011, que cria um grupo de trabalho para a reflexão e estudo de uma alternativa técnica para o vale do Pranto (Baixo Mondego).

Face ao que antecede, nos termos legais e regimentais aplicáveis, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD abaixo assinados, por intermédio de V. Exa., solicitam ao senhor ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a justificação e número de grupos de trabalhos, comissões ou outros grupos informais foram criados no âmbito do MADRP?
2. Quantas pessoas foram envolvidas nos aludidos grupos de trabalho e qual o custo associado? E que conclusões foram obtidas?
3. Que explicação razoável encontra o MADRP na opção de criar mais três grupos de trabalho, face à actual situação de gestão corrente do governo? E qual a previsão do governo para a implementação no terreno das eventuais conclusões desta reflexão?

Palácio de São Bento, 6 de Abril de 2011.

Terese Cristina Santos
Isabel Segura
Carla Barros

Deputado(a)s:

Pedro Gomes
Luís Gouveia
Paulo Beliziste Santos
Vera Isabel Brandão
Custódio Araújo
Fernando Soares